

PARTICULARIDADES NA TRADUÇÃO DAS CIÊNCIAS: UMA LEITURA DISCURSIVA

Michele Teixeira Passini⁵⁴

RESUMO: A expansão da produção científica para além das fronteiras nacionais está na ordem do dia de grande parte das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Se, no âmbito das Ciências Naturais o uso da língua inglesa parece estar consolidado como a *língua da ciência*, na área das Ciências Sociais há ainda ressalvas acerca de seu uso para disseminar resultados de pesquisas locais. Considerando o importante papel que a disseminação da produção científica possui, sobretudo na forma de publicações de artigos em periódicos, o presente trabalho tem por objetivo propor uma discussão sobre as particularidades na tradução de textos dessas duas áreas da ciência. Para tanto, valemo-nos das contribuições da perspectiva discursiva com base nas reflexões de Michel Pêcheux. Partindo de particularidades de cada uma das áreas foi possível delinear uma *Formação Discursiva da ciência (FDc)*, cuja forma-sujeito organiza saberes divergentes sendo, portanto, concebida como fragmentada em duas posições-sujeito (PS) distintas. A primeira (PS1), relativa aos saberes das Ciências Naturais, mais parafrástica, cujo funcionamento indica maior manutenção de sentidos, e outra (PS2) mais polissêmica e relativa aos saberes das Ciências Sociais. Assim, a tradução de artigos científicos é pensada em sua relação com a FDc, tanto no primeiro gesto, no qual o tradutor é leitor do texto fonte, quanto no segundo, ao produzir o texto alvo. Com esta reflexão esperamos contribuir para um olhar mais crítico para as questões que envolvem a tradução de textos de natureza científica, argumentando que não se trata de mera relação de equivalência entre termos ou transposição de um sistema linguístico para outro, mas, sim, de uma complexa relação entre diferentes discursividades.

Palavras-chave: Tradução; Ciências Naturais; Ciências Sociais; Discurso.

⁵⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), linha de pesquisa Análises textuais, discursivas e enunciativas.

ABSTRAC: The expansion of scientific production beyond national borders is on the agenda of the majority of Institution of Higher Education in the country. If in the field of Natural Sciences, the use of English seems to be consolidated as the *language of science*, in Social Sciences there are still some reservations regarding the use of English to disseminate local research results. Considering the important role played by the dissemination of scientific production, especially the publication of articles in journals, this study has the objective of presenting a discussion about the particularities in the translation of texts from the two scientific areas. For this purpose, we refer to the contributions of Michel Pêcheux as well as the discursive perspective of study. Based on distinctive and constitutive elements of each one of the areas, it was possible to come up with the *Science Discursive Formation (SDF)*, whose subject-form organizes divergent knowledge which indicates its fragmentation into two different subject-positions (SP). The first one (PS1) is related to the knowledge of Natural Sciences and it is more paraphrastic and its functioning indicates mostly the maintenance of meaning, while the other one (PS2) is more polysemic and it is related to the knowledge of Social Sciences. Thus, the translation of scientific texts is thought in its relation to the SDF, in both the first gesture, in which the translator is the reader of the source text, and, the second one, when the translator produces the target text. This reflection expects to contribute for a more critical view of the issues involving the translation of texts of scientific nature, arguing that it is not a mere relation of equivalence among terms or the transposition from one language system to another, but it is, mostly a complex relation between different discursivities.

Keywords: Translation; Natural Sciences; Social Sciences; Discourse.

Introdução

Ao discutir o fenômeno de unificação do mundo em sua obra *A era do capital*, o historiador Eric Hobsbawn faz menção aos efeitos da padronização internacional e interlinguística da cultura na atualidade, rapidamente disseminada pelos meios de comunicação:

O que quase não ocorria então era a padronização internacional e interlinguística da cultura, que hoje [1975] distribui num breve lapso de tempo os mesmos filmes,

estilos de música popular, programas de televisão e mesmo estilos de vida pelo mundo. Tal padronização afetou as classes médias numericamente modestas e alguns dos ricos até o ponto ou na medida em que não se chocava com as barreiras de linguagem.

Se, em meados da década de 1970, período no qual Hobsbawn escreve a obra em tela, os efeitos do que denomina *padronização* já mereciam atenção, nos dias atuais eles parecem ser ainda maiores. O que ficou conhecido como *processo de globalização* promove uma espécie de desterritorialização, buscando homogeneizar as diferenças por meio da eleição de certos padrões adotados por todos, independentemente de particularidades de ordem geográfica ou cultural. A definição de globalização proposta pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2006) ressalta o caráter assimétrico inerente ao processo:

[*Globalization is*] a set of unequal exchanges in which a certain artefact, condition, entity or local identity extends its influence beyond its local or national borders and, in so doing, develops an ability to designate as local another rival artefact, condition, entity or identity⁵⁵ (2006, p. 396).

Assim, desse ponto de vista, trata-se de um processo cuja base encontra-se na dominação de uma nação sobre as outras em relações de trocas de caráter desigual. Para o autor, uma das formas de funcionamento da globalização é por meio do que denomina localismos globalizados, fenômeno pelo qual um elemento local passa a ser tomado como representativo da esfera global. Tal é o caso da língua inglesa, apontada por Renato Ortiz (2004) como idioma autóctone da condição da modernidade-mundo. Assim, há uma espécie de desterritorialização da

⁵⁵ [Globalização é um] conjunto de trocas desiguais pelas quais certos artefatos, condições, entidades ou identidades locais estendem sua influência para além das fronteiras locais ou nacionais e, ao fazê-lo desenvolvem a habilidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade. (Tradução nossa)

língua inglesa, o que contribui para que seja tomada como um objeto neutro de comunicação pelos membros da comunidade global.

Se, por um lado, a ausência de fronteiras linguísticas poderia representar a concretização do ideal de universalidade perseguido pela ciência, por outro, pesquisadores oriundos de países não-anglófonos, em sua maioria considerados como países periféricos no cenário de produção de conhecimento, encontram-se diante do desafio de produzir conhecimento em uma língua estrangeira. Susam-Sarajeva (2002) defende que a padronização do inglês como língua da ciência impõe claras desvantagens aos pesquisadores não-anglófonos, pois envolve, além da questão linguística propriamente dita, que uma adaptação seja feita a um modo particular de fazer ciência que é próprio de uma língua/cultura. Da mesma forma, Orlandi (2003) entende que a instituição de uma única e mesma língua para a ciência possui importantes implicações para a autoria científica de pesquisadores falantes de outras línguas, o que leva a autora a caracterizar as medidas de padronização como formas de prática científica colonizadora.

Haveria, portanto, um problema de ordem linguística no ideal da unificação da comunidade científica, privilegiando os pesquisadores falantes de língua inglesa em detrimento dos demais que precisariam escrever em uma língua estrangeira ou submeter seus textos ao processo de tradução para o inglês. Assim, diante de políticas de globalização que fomentam a ampliação da circulação da produção de conhecimento, aumenta-se também o volume de traduções. No entanto, pouco se tem discutido sobre os efeitos da tradução na esfera da ciência. Essa ausência de reflexões pode ser compreendida pela concepção, bastante recorrente, de que traduzir seria uma transposição entre códigos linguísticos, uma prática neutra e transparente. Esperamos que este trabalho possa contribuir apresentando algumas reflexões sobre as particularidades do processo tradutório – tomado como um processo próprio de produção de sentidos (MITTMANN, 2003) – no domínio de saber da ciência.

A globalização e o ideal de monolinguismo da ciência

Por razões predominantemente de ordem econômica, a língua inglesa consolidou-se como a língua da ciência, deixando pesquisadores e cientistas de países não-anglófonos diante do desafio de se comunicar em uma língua estrangeira. Como efeito desse processo, a disseminação de artigos em inglês em âmbito nacional vem também crescendo e muitos periódicos domésticos de prestígio tem apresentado artigos de autores brasileiros também em língua inglesa. Tal fato se deve a busca por ampliar

a abrangência do público leitor dos artigos publicados nesses periódicos, pois o aumento do público leitor, elevaria também o potencial de citações dos trabalhos, e, desse modo, as possibilidades de melhores resultados em análises quantitativas de produtividade acadêmica. No Brasil, a prestigiosa biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (doravante SciELO), publicou, em setembro de 2014, a revisão de seus critérios para a admissão e permanência de periódicos em sua coleção. A análise do documento⁵⁶ permite observar a ênfase dada ao aspecto da internacionalização dos periódicos, seja pelo número de membros de outras nacionalidades em comitês editoriais das revistas, seja pelo uso da língua inglesa na escrita dos artigos, critério que interessa especialmente às questões que abordamos neste trabalho.

Divididas em oito, as subáreas temáticas foram apresentadas no documento com base em diferentes percentuais de artigos publicados em inglês por edição de periódico. Os índices variaram entre um *número mínimo* e um *recomendado* para cada área, como demonstra o quadro abaixo:

ÁREAS TEMÁTICAS	MÍNIMO	RECOMENDADO
Agrárias	50%	75%
Biológicas	85%	85%
Engenharia	70%	85%
Exatas e da Terra	70%	85%
Humanas	25%	30%
Linguística, Letras e Artes	20%	30%
Saúde	80%	80%
Sociais e Aplicadas	25%	30%

Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser observado no quadro apresentado, há uma diferença significativa entre os percentuais de artigos publicados em inglês para as chamadas Ciências Naturais (ou duras) – a área de Biológicas, por exemplo, possui ambos os índices em 85% do total - e para as Ciências Sociais e Aplicadas e Humanas, nas quais os índices são significativamente menores. Ainda que as particularidades de cada área

⁵⁶ Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf>
Acesso em: 27 set. 2017.

do conhecimento pareçam ser contempladas pela atribuição de diferentes percentuais, a exigência de se publicar um certo número de artigos em inglês em cada uma das edições dos periódicos coloca-se como uma injunção àqueles periódicos que pretendem integrar ou manter-se na biblioteca SciELO.

No que se refere à prática tradutória propriamente dita, caberia indagar sobre natureza das particularidades das distintas áreas do conhecimento e, sobre a maneira como essas diferenças entram em jogo na tradução desses artigos para outra língua. Nas seções que seguem, buscaremos refletir sobre essas indagações.

Especificidades das ciências: proximidades e distanciamentos

Ao longo da história da ciência, a chamada *Revolução Científica* do século XVI consagra o modelo de racionalidade como fundante da ciência moderna. Assim, a realidade, antes entendida por meio da religião e do misticismo, passa a ser explicada pelo raciocínio lógico do homem. Hobsbawn (2015) destaca a importância da *Filosofia Positiva* de Auguste Comte, apontando a noção de imutabilidade das leis naturais do conhecimento e o *Empirismo* inglês de John Stuart Mill como marcos sobre os quais se assentou a ciência moderna: “Ciência ‘positiva’ operando com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzindo ‘leis’ uniformes e invariáveis além de qualquer modificação proposital, era a chave-mestra do universo, e o século XIX a possuía” (2015, p. 405).

Com o distanciamento da tradição teocêntrica, em meio ao processo de secularização, a ciência passa a representar um instrumento para alcançar o ideal de progresso tecnológico, que poderia contribuir para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e permitir seu avanço econômico. Desse modo, enquanto as Ciências Naturais, com seus modelos e experimentos, eram capazes de gerar aplicabilidade quase imediata, as Ciências Sociais⁵⁷ não contavam com a mesma sorte, o que acabava por aumentar ainda mais o fosso entre as duas áreas e a maneira como eram percebidas pela sociedade.

Ainda nos dias de hoje encontramos essa memória histórica como o ponto de sustentação da concepção sobre as diferentes áreas do saber. Enquanto as Ciências Naturais pautam-se no conhecimento lógico e matemático para explicar os fenômenos dos quais se ocupam, lançando

⁵⁷ Embora falemos aqui especificamente das Ciências Sociais, o campo das Ciências Humanas pode ser pensado de forma análoga.

mão de instrumentos e métodos aceitos pela comunidade científica, as Ciências Sociais percorrem um caminho distinto, dadas as particularidades de seu fazer, conforme explica Santos:

as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenômenos sociais são de natureza subjectiva e como tal não se deixam captar pela objectividade do comportamento; as ciências sociais não são objectivas porque o cientista social não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista (SANTOS, 2010, p. 36).

Desse modo, como destaca o autor, a natureza do objeto de investigação na área das ciências sociais – os fenômenos da/na sociedade – não permite a aplicação de métodos e instrumentos que possam mensurá-los para assim chegar a leis universais, como acredita-se ocorrer no domínio das outras ciências. Vale mencionar, ainda, a condição subjectiva do próprio cientista, o qual, conforme aponta Santos, não pode distanciar-se dos valores para desempenhar uma prática objetiva⁵⁸. Trata-se, portanto, de diferenças substanciais entre as duas áreas, como sintetizado no quadro a seguir:

⁵⁸ Cabe ressaltar que Santos (2010) propõe um novo paradigma para as ciências, no qual essas oposições entre as áreas do conhecimento são diluídas.

CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Objetos empíricos; • Procedimentos experimentais; • Instrumentos e modelos matemáticos; • Universalidade • Resultados fechados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Objetos construídos discursivamente; • Objetos tomados a partir do ponto de vista do pesquisador; • Análises interpretativas; • Particularidades • Resultados (relativamente) abertos.

Fonte: Elaborado pela autora

Assim, embora ambas as áreas do conhecimento constituam uma espécie de unidade pelo seu pertencimento ao domínio de saber científico, suas diferenças em termos de funcionamento e pela maneira como recortam a memória histórica, promovem distinções significativas entre elas, cujos efeitos podem ser observados também no âmbito da tradução. Os índices de recomendação de artigos em inglês publicados pelo SciELO, já citados anteriormente, indiciam essa natureza díspar, ainda que o referido documento, não apresenta qualquer reflexão sobre o assunto, dado seu caráter eminentemente normativo.

A tradução de textos da área das ciências sociais foi abordada em um documento elaborado por dezesseis pesquisadores de quatro diferentes países – Estados Unidos, Rússia, França e China – membros da *American Council of Learned Society* (ACLS) e publicado no ano de 2006 com o título de *Guidelines for the Translation of Social Science Texts*. A proposta de discutir pontos essenciais em jogo na tradução de textos e de oferecer sugestões que auxiliem no trabalho dos envolvidos no processo – autores, tradutores e editores – fundamenta-se no apelo aos pesquisadores que permaneçam escrevendo em suas próprias línguas para posteriormente submeterem seus artigos ao processo de tradução para o inglês. A defesa do uso de língua materna na composição dos textos pelos autores é pautada em quatro pontos principais: (1) a capacidade ímpar que os autores possuem ao expressarem-se em suas próprias línguas, independentemente do nível de proficiência que tenham na língua estrangeira; (2) a escassez crescente de literatura específica da área em certas línguas não dominantes, o que limita o desenvolvimento de uma disciplina naquela língua e cultura; (3) a imposição da forma de argumentação específica da comunidade anglófona nas Ciências Sociais, e, finalmente, (4) o risco que a escrita exclusivamente em língua inglesa

representa para o empobrecimento da diversidade do discurso das Ciências Sociais. (HEIM; TYMOWSKI, 2006).

São questões como essas que levam os autores a entender a tradução como um caminho possível para as trocas realizadas no âmbito internacional da circulação da produção do conhecimento. Defendo a tradução como um meio de evitar uma padronização aos moldes anglófonos de pesquisa, os autores das diretrizes chamam a atenção para elementos em jogo na tradução de textos dessa natureza, tais como: (a) o uso de terminologia própria da área que, não sendo de natureza empírica, mas culturalmente determinada, pode não possuir correspondentes em outras línguas e culturas; (b) as peculiaridades culturais e históricas que constituem os objetos de análise; (c) os alcances culturais em termos de referências bibliográficas disponível; e, ainda, (d) o papel do sujeito que traduz, pois, no caso de se tratar de tradutor profissional, ele pode carecer de conhecimentos técnicos da área das Ciências Sociais e, ao contrário, no caso de um pesquisador da área, pode carecer de conhecimentos técnicos do ofício de tradutor.

Além da questão das diferenças culturais, que aparecem como um elemento crucial neste contexto, há, ainda, outro aspecto digno de menção, que diz respeito ao papel da construção composicional do texto. Enquanto nas Ciências Naturais os textos costumam ser escritos com base em uma espécie de *molde* que segue seções previamente estabelecidas – Introdução, Materiais de Métodos, Discussão e Conclusão – com o intuito de espelhar o percurso lógico do experimento, no domínio das Ciências Sociais o mesmo não ocorre. Enquanto no primeiro caso há um relato de experiências externas, que teoricamente, poderiam ser reproduzidas por outros pesquisadores nas mesmas condições, chegando a único e mesmo resultado – donde a concepção positivista de que os resultados dos experimentos representam leis universais –, a composição dos textos nas Ciências Sociais cria seu objeto ao longo da argumentação no texto e encerra sobre ele uma discussão, cujo fechamento é sempre provisório, como bem esclarece Ortiz:

A escrita é o suporte e a concretização do recorte conceitual. As mesmas informações, os mesmos dados, podem ser costurados de maneira distinta por autores diversos. Não há objeto fora do texto, seu conteúdo, para existir, deve ser formalizado. Uma grande parte da exposição argumentativa é uma

questão de composição. As informações primárias são previamente apreciadas, filtradas, antes de figurarem na página em branco ou na tela do computador. A composição é crucial para o trabalho intelectual. Nesse sentido, **a construção do objeto sociológico se faz por meio da língua, portanto, a utilização de um determinado idioma não é algo fortuito, mera sutileza de estilo, mas uma questão decisiva na formulação final** (ORTIZ, 2004, p. 16. Grifo nosso).

O relevo oferecido pelo autor ao papel da língua no modo de fazer ciência nas Ciências Sociais oferece mais um elemento que permite observar o impacto que a prática da tradução dos textos dessa natureza adquire. Essas características particulares estão implicadas no processo de tradução, sobretudo quando tomamos a língua como a base na qual ocorrem os processos discursivos (PÊCHEUX, 2009), isto é, a língua como elemento no qual a ideologia se corporifica, como concebe a perspectiva discursiva, a qual nos dedicamos a seguir.

Ciência e tradução por um viés discursivo

Tomar a questão da tradução de textos científicos por uma ótica discursiva exige certos redimensionamentos teóricos, especialmente no que se refere às noções de língua, sujeito e sentido em sua relação necessária com a ideologia. Com base no legado teórico de Michel Pêcheux (1938-1983), é possível afirmar que a semântica constitui um dos *terrenos tabus* ([1975] 2009) dentre as áreas dos Estudos da Linguagem, pois, conforme defende o autor, ela representa o ponto no qual a Linguística faz interface com a ciência das formações sociais, ou materialismo histórico.

Uma semântica discursiva, portanto, estará voltada para a descrição dos processos históricos dos sentidos a fim de entender como a história, cujo motor é a luta de classes, deixa marcas na língua(gem). Assim, um importante deslocamento é realizado no que se refere à noção de língua sobre a qual a ciência da linguagem foi edificada, tributária dos estudos de Ferdinand de Saussure (1916). O interesse de Pêcheux está, portanto, em compreender como uma mesma língua pode significar diferentemente de acordo com a posição social daquele que fala,

demonstrando que embora a língua seja a mesma para todos, o discurso não o é (PÊCHEUX, 2009). Dessa forma, é o funcionamento da ideologia que assegura o efeito de naturalidade segundo o qual uma palavra ou expressão significa o que parece significar.

A relação entre as materialidades linguística e ideológica é proposta por meio da noção de *Formação Discursiva* (doravante FD), noção originalmente cunhada por Michel Foucault em *A arqueologia do Saber* ([1969] 2008), mas ressignificada no seio da teoria pecheuxtiana segundo sua relação com a ideologia. Assim, é por meio dessa noção, tomada como um domínio de saber constituído, em última instância, por determinações históricas, que o analista observa o entrelaçamento de língua e história nos processos de significação dos quais se ocupa.

Assim, todo processo de produção de sentido se dá a partir da relação de um sujeito enunciador com uma forma-sujeito histórica, que regula os saberes de uma formação discursiva dada, controlando o que pertence e o que não pertence àquele domínio de saber. Cabe dizer que essa forma-sujeito não é estanque, mas, sim, dinâmica, permitindo novos arranjos no domínio de saber que regula. Considerando a dependência que todo sujeito possui com esses domínios de saberes, o sujeito não pode ser pensado como a fonte do sentido, mas como aquele que os coloca em movimento, embora tenha a ilusão de que esteja na fonte deles⁵⁹.

Para se pensar o processo de tradução nesta perspectiva teórica, é necessário aceitar que tanto aquele que produz o texto (autor) quanto aquele que o traduz (tradutor) são ambos indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia, ou seja, que suas *escolhas* são, antes de mais nada, *tomadas de posição* de ordem ideológica. Há, sim, escolha – o sujeito é livre para assujeitar-se a esta ou aquela ideologia – mas, todas elas dentro das formações ideológicas e discursivas da formação social na qual emerge como sujeito. Nas palavras de Mittmann (2008, p. 94): “No processo tradutório, o que o tradutor pode ou não pode, deve ou não deve interpretar e dizer, ou seja, as identificações desse sujeito com uma ou outra Formação Discursiva é que levará a um resultado ou a outro”.

Desse modo, o processo tradutório é concebido a partir da relação do sujeito com uma FD, ou seja, quando o sujeito enunciador se identifica com um domínio de saber e os retoma na linearidade intradiscursiva. Assim, para realizar a tradução de um texto, o sujeito-

⁵⁹ Trata-se da noção de esquecimento 2, na zona dos processos de enunciação e seu funcionamento é de ordem pré-consciente-consciente. Cf. Pêcheux ([1975] 2009).

tradutor primeiramente ocupa uma posição de leitor do texto de partida, interpretando a materialidade que tem diante de si e, posteriormente, uma posição autoral para produzir o texto de chegada: em ambos os momentos o sujeito está ideologicamente interpelado. O processo tradutório envolve, portanto, um movimento de *fechamento-abertura-fechamento*, pois, no momento que chega ao tradutor, o texto de partida encontra-se provisoriamente fechado, sendo por ele aberto por ocasião do gesto de interpretação, para depois, no momento de produzir o texto de chegada, fechar-se mais uma vez pelas tomadas de posição feitas pelo tradutor.

Nesse trajeto – partindo de sentidos relativamente estáveis no primeiro momento, voltando, então, pelo ato interpretativo ao espaço disperso do já-dito e, finalmente, retornando à estabilização momentânea dos sentidos pelo efeito de fechamento do texto da tradução – são formações discursivas que funcionam sustentado todo o processo. No caso específico da tradução de artigos científicos seria possível propor uma *Formação Discursiva da Ciência* (FDc), organizada por uma forma-sujeito que regula o que pode e deve (e não pode e não deve) ser aceito nesse domínio de saber (PÊCHEUX, 2009). Assim, conforme mencionado anteriormente, ainda que exista dissenso entre as diferentes áreas da ciência, é possível afirmar que há um efeito de unidade que assegura que algo seja considerado ou não como pertencendo ao domínio do científico.

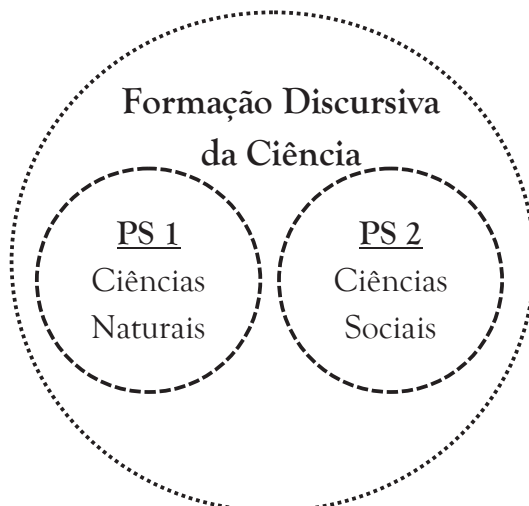
De um ponto de vista discursivo, a questão desse efeito de unidade em meio à diferença pode ser compreendida ao se considerar a natureza heterogênea da ideologia, isto é, o funcionamento da categoria da contradição, que permite que duas realidades opostas convivam sob a aparência de homogeneidade. Considerando a relação entre formação discursiva e ideologia, se aceitamos a natureza contraditória da última, devemos defender que as fronteiras que demarcam os limites da FD não podem ser concebidas como fixas, mas em constante movimento. Como consequência disso, a forma-sujeito, em seu papel de regular saberes, é também heterogênea, e pode fragmentar-se em distintas posições-sujeito, como propõe Indursky:

Uma forma-sujeito assim dividida remete à concepção de um sujeito fragmentado entre as diferentes posições que sua interpelação ideológica permite. Por outro lado, uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não

só para saberes de natureza semelhante, equivalente, isto é, para o parafrástico e o homogêneo, mas também cede lugar para os sentidos diferentes, divergentes, contraditórios, ou seja, para o polissêmico e o heterogêneo (INDURSKY, 2000, p. 76)

Com efeito, no que se refere ao domínio das ciências, é possível propor que a FDc abriga em seu interior ao menos duas posições-sujeitos (PS) distintas: uma que pode ser referida à área das Ciências Naturais e outra à área das Ciências Sociais, mantendo, contudo, o efeito de unidade para que ambas sejam reconhecidas como pertencentes ao domínio científico. É a memória histórica que assegura as delimitações entre elas, pois, como já discutimos, a ciência moderna sustenta-se em ideais de racionalidade, universalidade, objetividade e verdade, coerentes com concepções positivistas e métodos experimentais, que estiveram a serviço do progresso da sociedade capitalista.

Desse modo, é possível observar, no interior da FDc, uma posição-sujeito relativa a tais saberes, que caracterizamos como mais *parafrástica* e, outra que deles parece estar mais distante, concebida, portanto, como mais *polissêmica*, já que questiona princípios como: a objetividade do cientista, a proposição de leis universais, a possibilidade de neutralidade, entre outros. Entretanto, vale lembrar, tanto a noção de parafrase – que funciona na manutenção do mesmo – quanto a de polissemia – cujo funcionamento permite a abertura para a diferença – são concebidas de forma dialética, o que significa que em todo o processo de produção de sentidos há sempre, simultaneamente, reprodução e transformação de sentidos. Por esse motivo, preferimos dizer que a PS1 possui um funcionamento mais parafrástico (e, conseqüentemente, menos polissêmico), ao passo que a PS2 funciona de maneira inversa. De maneira gráfica, teríamos:



Fonte: Elaborado pela autora

Cabe, agora, observar como essa formação discursiva entra em jogo no fazer tradutório. Como já foi abordado, o processo tradutório, enquanto um processo discursivo particular, fundamenta-se nos gestos interpretativos do sujeito-tradutor, num primeiro momento enquanto leitor do texto de partida e, em seguida, como produtor do texto de chegada. Em ambos, sofre determinação da FDC, que regula *o que e como* pode-se traduzir no âmbito da ciência. Dito de outra forma, as escolhas feitas pelo tradutor são determinadas pela FDC e é tal fato que assegura que o texto traduzido cumpra certas condições de aceitabilidade necessárias ao reconhecimento de seu pertencimento ao domínio da ciência. Trata-se de cumprir certas formas de dizer para que o texto possa circular em espaços legitimados como é o caso dos periódicos e revistas científicos.

Retomando a indagação previamente proposta acerca da natureza das diferenças entre as áreas e seus efeitos no processo de tradução de artigos – sinalizadas nos percentuais propostos pelo SciELO e nas diretrizes da ACLS, por exemplo – é possível compreender que, embora ambas pertençam ao domínio científico, a polissemia presente na PS2 pode representar um desafio na tarefa de traduzir devido à menor rigidez da forma. Desse ponto de vista, traduzir textos da área das Ciências Sociais, diferentemente de traduzir textos de orientação mais positivista, pressupõe trabalhar com a possibilidade de brechas e lacunas – muitas vezes resultantes da distância entre as culturas –, que permitem ao tradutor observar o jogo da/na língua e navegar entre as diferentes discursividades, por vezes, deparando-se com o real da língua, com aquilo que não se deixa nomear. Cabe, ainda, ressaltar que, não estamos com isso dizendo que essas brechas não existam no caso das Ciências duras. Elas existem sempre porque todo dizer é da ordem da incompletude e está sempre sujeito ao equívoco. Mas na relação com o domínio de saber do científico, as PS1 por ser funcionamento predominantemente parafrástico, possui uma tendência a maior reprodução.

Considerações

A reflexão proposta neste trabalho teve como fio condutor a questão da tradução de textos científicos, pensada a partir das especificidades de duas áreas distintas do domínio da ciência e abordadas com base na memória constituída ao longo da história das ciências. Para empreender nossa leitura analítica, valemo-nos da teoria discursiva pecheuxtiana, em especial da relação entre língua e ideologia articuladas na noção de formação discursiva, cuja importância é fundamental para

compreender os gestos empreendidos no processo tradutório. A relevância da problematização de questões relativas à tradução na esfera da produção de conhecimento encontra-se no significativo aumento da comunicação entre pesquisadores de diferentes países como uma consequência do processo de globalização.

Considerando, por um lado, as particularidades que distinguem as duas áreas – Ciências Naturais e Sociais – e, por outro, os elementos que as aproximam e asseguram o efeito de unidade para que sejam aceitas como pertencendo ao domínio da ciência, duas posições-sujeito foram propostas, evidenciando diferentes formas de se relacionar com a ideologia. Devido à predominância de reprodução dos saberes relativos aos ideais positivistas, as ciências naturais foram consideradas mais parafrásticas e denominadas como PS1. Já as Ciências Sociais, denominadas PS2, por seu afastamento desses saberes foram concebidas como mais polissêmicas.

O funcionamento da FDc no processo tradutório é observado por meio de determinações que regulam o fazer do sujeito tradutor. Assim, ao traduzir um texto da área das Ciências Sociais, a relação intrínseca que o objeto mantém com uma cultura, além da composição textual e argumentativa específica da área, entram em jogo como elementos que fomentam deslizamentos de sentidos, e, desse modo, atestam o funcionamento polissêmico no interior da FDc. A partir da leitura empreendida no presente artigo, foi possível demonstrar que é a relação da língua com a ideologia que torna a tradução um processo complexo, o qual não consiste em mera transferência de sentidos, já que uma língua estrangeira implica uma discursividade também estrangeira, e, portanto, outros movimentos nas redes de memória.

Em tempos de globalização, em que a circulação da produção de conhecimento se quer universal, o processo tradutório representa um importante meio de observar a dependência que a língua mantém da história, pois, ele deixa à mostra, pela não equivalência plena – sobretudo na esfera científica que se quer sem falhas – que há sempre opacidade. Ainda que se busque ferramentas perfeitas para a comunicação, as brechas, as falhas e lacunas não deixam esquecer que a língua é aberta ao equívoco e que a racionalidade – ideal tão caro ao domínio da ciência – pode não ser suficiente para assegurar uma comunicação efetiva.

A prática da tradução precisa ser pensada não apenas em termos de (não) equivalência entre termos ou, ainda, transposição de sistemas linguísticos, mas, sobretudo, como um processo de produção de sentidos histórico e ideologicamente determinado. Seja na área das Ciências

Naturais ou na área das Ciências Sociais, a relação com a ideologia é constitutiva, ainda que possa ser manifestada de formas diversas.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- HEIM, Michael Henry & TYMOWSKI, Andrzej. *Guidelines for the translation of Social Science Texts*. New York: American Council of Learned Societies, 2006.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital. 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 23 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. (Orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.
- MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MITTMANN, Solange. Autoria e tradução: da dispersão às identificações. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vo. 19, n. 54, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulccinelli. Colonização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: Política, ciência e divulgação*. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp: 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Globalizations. *Theory, Culture & Society*, [s.l.], v. 23, n. 2-3, p.393-399, 2006. SAGE Publications.
- SCIELO. *Critérios, políticas e procedimentos para a admissão e permanência de periódicos científicos na coleção*. SciELO Brasil. São Paulo: 2014.

SUSAM-SARAJEVA. Sebnem (2002). A “Multilingual” and “International” Translation Studies? In: HERMANS, Theo (ed). *Cross Cultural Transgressions. Research Models in Translation Studies. Historical and Ideological Issues*. Vol. 2. Manchester. St. Jerome.

Recebido em: 06/10/2018

Aceito em: 28/10/18